



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O CENTRO DE SAÚDE DE TAVIRA

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

CLÁUSULA 1.^a - Objeto

CLÁUSULA 2.^a – Contrato

CLÁUSULA 3.^a – Prazo

CLÁUSULA 4.^a – Local da Prestação de Serviços

CLÁUSULA 5.^a – Preço base

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I – Disposições do prestador de serviços

SUBSECÇÃO I – Disposições gerais

CLÁUSULA 6.^a – Obrigações principais do prestador de serviços

CLÁUSULA 7.^a - Forma de prestação do serviço

CLÁUSULA 8.^a – Início da prestação dos serviços

SUBSECÇÃO II – Dever de sigilo e proteção de dados

CLÁUSULA 9.^a – Objeto do dever de sigilo

CLÁUSULA 10.^a – Prazo do dever de sigilo

CLÁUSULA 11.^a – Proteção de dados

SECÇÃO II – Obrigações do Município de Tavira

CLÁUSULA 12.^a - Preço contratual

CLÁUSULA 13.^a - Condições de pagamento

CAPÍTULO III – Penalidades contratuais e resolução

CLÁUSULA 14.^a - Penalidades contratuais

CLÁUSULA 15.^a - Força maior

CLÁUSULA 16.^a – Resolução por parte do contraente público

CLÁUSULA 17.^a – Resolução por parte do prestador de serviços

CAPÍTULO IV – Caução e seguros

CLÁUSULA 18.^a – Caução

CLÁUSULA 19.^a – Seguros

CAPÍTULO V – Resolução de litígios

CLÁUSULA 20.^a – Foro competente

CAPÍTULO VI – Disposições finais

CLÁUSULA 21.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

Edição 3 (Atualizada em junho de 2021)

CLÁUSULA 22.^a – Comunicações e notificações

CLÁUSULA 23.^a – Contagem dos prazos

CLÁUSULA 24.^a – Gestor do contrato

CLÁUSULA 25.^a – Avaliação de fornecedores

CLÁUSULA 26.^a – Legislação aplicável

PARTE II - Cláusulas Técnicas

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de higiene e limpeza para as instalações do Centro de Saúde de Tavira.

2 - A prestação de serviços compreende ainda a afetação de todos os produtos de higiene e limpeza (detergentes, desinfetantes e similares), os equipamentos e materiais de desgaste necessários e adequados à boa execução do serviço (inclui sacos do lixo), em conformidade com as especificações técnicas constantes na Parte II do Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de 1 (um) ano a contar da sua assinatura ou até ser atingido o valor máximo definido na cláusula 5.ª do presente caderno de encargos, consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

2 - O contrato produz efeitos no dia seguinte ao da sua outorga. Caso a redução do contrato a escrito não seja exigida, ou seja dispensada, o contrato produz efeitos no dia seguinte à data da disponibilização dos documentos de habilitação na plataforma.

3 - Os serviços devem ser executados nos termos das cláusulas da parte II do caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Local da Prestação de Serviços

1 - Os serviços objeto deste contrato serão prestados nas instalações do Centro de Saúde de Tavira, situado na Estrada de Santa Luzia, em Tavira.

Cláusula 5.ª

Preço base

O preço base é o preço máximo que o Município de Tavira se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, correspondendo a € 38.157,28 (trinta e oito mil, cento e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, considerando o **preço base unitário de 8,68 €/hora**.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nos artigos contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar o trabalho adjudicado, com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para execução do trabalho, no convite, caderno de encargos, na proposta apresentada e no contrato a celebrar;
- c) Indicar o interlocutor e responsável da empresa, no âmbito do contrato;
- d) Garantir a gestão global da prestação de serviços de forma a assegurar a preparação, execução e monitorização de todas as ações, o cumprimento da calendarização e, ainda, a garantia da qualidade da prestação de serviços e de participação de todos os diferentes intervenientes, durante todo o processo;
- e) Substituir o trabalhador em falta de modo a manter o número de trabalhadores afetos à prestação do serviço;
- f) Assegurar os serviços de limpeza da instalação identificada na cláusula 4.^a do caderno de encargos, incluindo o fornecimento dos produtos de limpeza necessários e adequados, de acordo com as melhores práticas da atividade e com as especificações de tempo, modo e lugar estabelecidas no caderno de encargos;
- g) Fornecer equipamento manual para cada trabalhador (recipientes, baldes, etc), bem como o equipamento mecânico, eletromecânico e outros utensílios necessários a uma prestação de serviços eficiente, eficaz e de qualidade;
- h) Utilizar produtos de limpeza ecológicos e biodegradáveis, não corrosivos, cheiro não irritante, que cumpram os requisitos da legislação ambiental e que, em simultâneo, assegurem o bem-estar dos trabalhadores do Centro de Saúde e dos utentes;
- i) O prestador de serviços é responsável pelo destino dos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas do Centro de Saúde destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que exista, se mostre adequada e mediante autorização prévia. É da Responsabilidade do prestador de serviços proceder à recolha de resíduos em ambiente hospitalar, dos diversos suportes existentes nos serviços, que contempla as seguintes atividades: encerramento e remoção do saco, higienização dos suportes e reposição de novo saco e por último, o transporte para a zona destinada à recolha de resíduos;
- j) Substituir os produtos que o Município de Tavira considere inadequados à prestação dos serviços de higiene e limpeza, após comunicação escrita, num prazo máximo de 2 (dois) dias;
- k) Repor, sempre que necessário, o papel higiénico, toalhete e sabonete líquido, em todas as instalações sanitárias, a fornecer pelo Município de Tavira;
- l) Respeitar os períodos de limpeza previamente definidos;
- m) Comunicar, com antecedência, a necessidade de executar serviços que impliquem perturbações nos locais de funcionamento, com vista à obtenção de acordo por parte do Município de Tavira;

- n) O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Tavira, o mapa do registo de assiduidade dos trabalhadores, preferencialmente com recurso a um sistema informático de fácil consulta.
- o) Dar uma resposta rápida e prestar assistência adequada em situações de urgência/necessidade e/ou conforme solicitação do Município de Tavira;
- p) Fornecer os planos de limpeza das instalações alvo da prestação de serviços;
- q) Manter, em todas as instalações sanitárias, o mapa relativo à limpeza, devidamente atualizado;
- r) Responsabilizar-se por possíveis danos ou extravios de bens, provocados pelo pessoal ao seu serviço;
- s) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito ao Município de Tavira e seus serviços;
- t) Efetuar inspeções regulares ao desempenho dos seus trabalhadores, por contacto direto ou indireto, a fim de assegurar o correto desempenho dos serviços, e de comunicar ao Município de Tavira todas as anomalias graves que ocorram;
- u) Ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação;
- v) Assegurar que os trabalhadores se apresentam devidamente fardados e identificados;
- w) Substituir qualquer elemento do seu pessoal, mediante pedido fundamentado do Município de Tavira;
- x) Respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja exigida pelo Município de Tavira;
- y) Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento ou as que lhe sejam dadas pelo Município de Tavira, bem como, e em especial as regras de segurança aplicáveis, designadamente no que respeita às chaves das instalações;
- z) Respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- aa) Respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, sindicalização, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo a preparação, execução e encargos de todos os trabalhos.

Cláusula 7.^a

Forma de prestação do serviço

- 1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a comparecer às reuniões de coordenação convocadas pelo do Município de Tavira para acompanhamento da execução do contrato, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
- 2 - As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito pelo Município de Tavira, o qual deve elaborar a agenda prévia para a reunião.
- 3 - Todas as alterações do proposto e aprovado que, no decorrer dos trabalhos se tornarem necessárias ou convenientes, carecem da aprovação prévia do Município de Tavira.
- 4 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos devem ser integralmente redigidos em português.
- 5 - Os produtos de limpeza utilizados pelo prestador de serviços podem, por determinação do Município de Tavira, ser objeto de testes de eficácia e de qualidade, constituindo motivo de recusa os produtos que revelem deficiências quanto à sua eficácia (aferida por um padrão médio) ou efeitos secundários negativos e exigida a sua substituição por produtos adequados, em prazo a indicar pelo Município de Tavira.

Cláusula 8.ª

Início da prestação de serviços

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a iniciar a prestação dos serviços discriminados no caderno de encargos, nos 10 (dez) dias imediatos à data de celebração do contrato.
- 2 - Dentro do prazo mencionado no número anterior o adjudicatário deverá efetuar, obrigatoriamente, uma visita guiada com os seus trabalhadores e o técnico responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, para conhecimento das instalações e operacionalização dos serviços a prestar.
- 3 - Apresentar, nos 5 (cinco) dias imediatos à data de celebração do contrato, listagem que contenha os equipamentos, produtos utilizados e consumíveis acompanhados com a respetiva ficha técnica.

Subsecção II

Dever de Sigilo e Proteção de Dados

Cláusula 9.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Tavira, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.ª

Proteção de dados

O adjudicatário fica expressamente vinculado ao dever de confidencialidade e não utilização de quaisquer dados pessoais a que tenha acesso, salvo para efeitos da estrita execução do contrato, nos termos do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação complementar, dever este que abrange a totalidade dos trabalhadores e outros colaboradores afetos ao adjudicatário.

Secção II

Obrigações do Município de Tavira

Cláusula 12.ª

Preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Tavira deve pagar ao prestador de serviços o preço que resultar do número de horas efetivamente realizadas e dos recursos humanos adstritos, tendo em consideração o preço unitário constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 - O preço a que se refere o n.º 1 será pago em frações mensais, nas condições referidas na cláusula 13.ª.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Tavira, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Tavira das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços de limpeza do mês a que respeitam.
- 3 - A fatura mensal deve ser emitida em nome do Município de Tavira, com referência ao NIPC n.º 501067191, devendo discriminar cada uma das instalações municipais, bem como o correspondente número de recursos afetos e horas realizadas.
- 4 - Em caso de discordância por parte do Município de Tavira, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas serão pagas por cheque ou transferência bancária, após a confirmação da prestação dos serviços em boas condições pelas entidades do Município de Tavira responsáveis pela verificação.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Tavira pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) No caso de não comparência dos trabalhadores indicados, nem da sua substituição, será aplicada uma penalidade pecuniária diária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (V \times A) + 20 \%$$

P = Valor da penalidade

V = Valor hora da prestação do serviço, com exclusão do IVA

A = N.º de horas não realizadas

- b) Pelo incumprimento integral das tarefas constantes do caderno de encargos e respetiva proposta, devidamente identificada por relatórios efetuados pelo respetivo serviço e/ou comprovação in loco,

será aplicada, em função da periodicidade diária, semanal e mensal, uma pena pecuniária de 50€, 100€ e 150€, respetivamente.

- c) Pela execução defeituosa das tarefas constantes do caderno de encargos e respetiva proposta, devidamente identificada por relatórios efetuados pelo respetivo serviço e/ou comprovação in loco, será aplicada uma pena pecuniária de 2,5% do valor mensal correspondente à respetiva instalação;
- d) Nos casos em que, injustificadamente, o adjudicatário recuse efetuar a afetação de produtos (detergentes e desinfetantes) ou não os substitua no prazo de 2 (dois) dias, ser-lhe-á aplicado o seguinte regime de penalidade:
 - Por cada dia que for excedido o prazo de entrega/substituição estabelecido, incorre numa penalidade pecuniária de 50€;
- e) Caso as embalagens dos produtos utilizados na limpeza e desinfecção dos serviços não se apresentem devidamente rotuladas, com indicação do produto, composição química, diluição/concentração e prazo de validade, o adjudicatário fica sujeito ao pagamento de uma penalidade de 50€ por cada situação de não conformidade detetada.
- f) Sempre que existirem falhas de reposição de consumíveis (papel higiénico, toalhetes e sabonete líquido) em mais de dois dias consecutivos na mesma instalação, o adjudicatário será penalizado em 50€;
- g) Caso o adjudicatário, não entregue os elementos solicitadas no n.º 3 da cláusula 8.ª deste caderno de encargos no prazo definido, será penalizado em 50€ por dia até à entrega dos elementos;
- h) Se houver evidência de que os equipamentos e/ou produtos de limpeza em utilização não correspondem aos apresentados, o adjudicatário será penalizado em 50€ por dia até à correção da infração;
- i) Caso o adjudicatário, não inicie a prestação dos serviços, no prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª, dará lugar às seguintes penalidades:
 - I. 1 ‰ (um por mil) do valor da adjudicação, nos primeiros 5 dias e por cada dia de atraso;
 - II. 2 ‰ (dois por mil) do valor da adjudicação nos segundos 5 dias e por cada dia de atraso;
 - III. Nos 10 (dez) dias subsequentes, a multa será de 5 ‰ (cinco por mil) por cada dia de atraso, após os quais o Município de Tavira poderá rescindir unilateralmente o contrato.

2 - Poderá ocorrer a aplicação simultânea de várias penalizações, para o mesmo período de tempo, pelo que o montante daí resultante corresponderá ao cúmulo dos respetivos valores individuais.

3 - As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Município de Tavira exija uma indemnização pelo dano excedente.

4 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Tavira pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

5 - Ao valor da pena pecuniária prevista nos números anteriores são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

6 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Tavira tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

7 - O Município de Tavira pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

8 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Tavira exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Tavira pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada, qualquer das respetivas obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo incumprimento na prestação dos serviços do contrato superior a 20 dias úteis ou declaração escrita do prestador de serviços de que o incumprimento excederá esse prazo;
- b) Por deficiências graves na prestação dos serviços de limpeza, especialmente quando reiteradas. Considera-se deficiência grave quando, designadamente, o prestador de serviços persistir no cumprimento defeituoso, após notificação do Município de Tavira para suprimir ou corrigir as deficiências identificadas.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Tavira, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso, nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

IV

Caução e seguros

Cláusula 18.ª

Caução

Não será exigida a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Seguros

1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da atividade e dos danos ou prejuízos causados pelo seu exercício relativamente ao Município de Tavira ou a terceiros:

- a) Responsabilidade civil;
- b) Acidentes de trabalho.

2 – O Município de Tavira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-los no prazo de 10 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Gestor do contrato

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução será Márcia Lima.

Nas suas faltas e impedimentos, o gestor do contrato indicado, será substituído por Celina Pereira.

Cláusula 25.ª

Avaliação de fornecedores

O Município de Tavira tem implementado um sistema de avaliação de fornecedores, sustentado numa metodologia que prevê a avaliação de todas as aquisições e locações de bens móveis e de aquisições serviços contratadas pelos serviços municipais, cuja informação se encontra disponível para consulta em www.cm-tavira.pt. Os resultados da avaliação do desempenho dos fornecedores são divulgados na página da internet do Município, acessível no mesmo site em www.cm-tavira.pt.

Cláusula 26.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente:

- a) Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, e suas alterações (equipamentos de limpeza);
- b) Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, e as suas alterações (solventes orgânicos);
- c) Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, e na sua redação atual (procedimentos de gestão de resíduos);
- d) Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (procedimentos de gestão de embalagens);
- e) Despacho n.º 242/96, 5 de julho (resíduos hospitalares);
- f) Regulamento (CE) n.º 1272/2018 (cumprimento dos requisitos afetos à rotulagem e embalagem de produtos com substâncias químicas).

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.ª

Descrição das tarefas de limpeza a efetuar

No **anexo I** do Caderno de Encargos estão definidas as tarefas de limpeza para:

- a) Limpeza programada regular;
- b) Limpeza programada profunda;
- c) Limpeza não programada.

Cláusula 2.ª

Horário de trabalho

1. No **anexo II** estão definidos os horários de limpeza, os recursos a afetar, bem como a periodicidade.
2. No **anexo II** também estão estimadas as horas a realizar ao longo do ano, não existindo lugar a qualquer indemnização, caso não se realizem.
3. Por razões ponderosas e devidamente justificadas, poderão alguns dos itens anteriormente indicados ter uma periodicidade e/ou um horário de limpeza diferentes, sem alteração ao número de horas estabelecidas, mediante pedido formalizado por escrito, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias.
4. É obrigatório o cumprimento dos termos indicados, designadamente no que concerne à frequência, número de horas e intervalo de horários considerados.
5. Aquando da celebração do contrato, deverá ser facultada ao município, a indicação do responsável pela supervisão de todos os trabalhos (encarregado) e do seu substituto para as suas faltas ou impedimentos bem como uma lista com a identificação dos trabalhadores. A lista deverá ser atualizada sempre que necessário e deverá incluir a natureza do vínculo laboral, bem, como a data de início e duração do mesmo.
6. Os trabalhadores de limpeza devem proceder à separação e depósito em contentores próprios dos resíduos recicláveis ou não.